

## PERSPECTIVAS PARA 2018

NESTA EDIÇÃO

ARTIGO

Carlos Roberto Jamil Cury:  
EDUCAÇÃO EM 2018

6

### CT&I

Sociedades Científicas  
Associadas definem estratégias  
para 2018

3

### ELEIÇÕES 2018

SBPC vai elaborar propostas  
de políticas públicas para  
candidatos

7

### 70 ANOS

SBPC celebra 70 anos de  
sua fundação

13

● **Editorial**

# Desafios da CT&I para 2018

Neste ano de 2018, a comunidade científica e acadêmica brasileira tem muitos desafios diante de si, diversos deles decorrentes do retrocesso que vivemos no País em domínios variados da vida social, econômica e política. Uma questão central para a própria sobrevivência do Sistema Nacional de CT&I, construído com grande esforço nas últimas décadas, será recuperar os recursos para esta área e também buscar novas fontes, em particular atuar pelo uso adequado daqueles destinados a P&D e provenientes de setores econômicos diversos. Apesar de uma pressão intensa junto ao governo federal e ao Congresso Nacional no ano passado, foi aprovado um orçamento geral para CT&I, em 2018, bem menor que o inicialmente previsto para 2017. Os recursos para custeio e investimento (o orçamento movimentável) do MCTIC alcançaram apenas R\$ 4,6 bilhões para este ano. Como se esse valor já não fosse suficientemente desalentador, em fevereiro tivemos o anúncio de um contingenciamento adicional de dez por cento, que reduziu este já parco e combatido orçamento do Ministério em quase R\$500 milhões. Isto faz com que tenhamos hoje, para este tipo de recurso, cerca de um terço do que se tinha alguns anos atrás. Ocorreram também reduções de recursos para a Capes, para os institutos de pesquisa, para as verbas de custeio e capital para as universidades públicas, a continuidade do bloqueio de grande parte dos recursos do FNDCT, entre tantos outros. Este quadro geral ameaça ações importantes para a CT&I do País, como editais do CNPq (em particular o Edital Universal), o programa dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, o funcionamento de laboratórios e de projetos científicos de cooperação internacional. Certamente uma estratégia central em 2018 será a campanha pela reversão deste quadro, em particular com o descontingenciamento dos recursos do MCTIC e a tentativa de recuperação dos recursos alocados na reserva de contingência do FNDCT, bem como a garantia de que tal fundo não possa mais ter seus recursos utilizados para outros fins.

Uma segunda ação importante para 2018 será a busca por novas fontes de recursos para CT&I e o uso mais adequado das já existentes. Uma estratégia inicial é fazer um levantamento geral dos recursos, oriundos de empresas, que deveriam ser destinados para P&D, mas que, em muitos casos, não são usados adequadamente para os devidos fins, e buscar estabelecer mecanismos mais adequados e transparentes para sua utilização. Esta poderia ser uma tarefa articulada pelo Conselho Nacional da Ciência e Tecnologia – CCT, para o qual estamos há mais de um ano solicitando uma reunião de seu plenário, ou então realizá-lo pela ação das sociedades científicas. Essa questão está conectada com a iniciativa da Capes de propor a criação de um Fundo Privado para apoio a um programa de excelência para as universidades e instituições de pesquisa, cuja aplicação de recursos seria decidida por um conselho formado por representantes de agências de fomentos, entidades científicas e de setores empresariais. Este é um projeto que poderá ter impacto significativo, mas que deve ser discutido antes, e cuidadosamente, com a comunidade científica e acadêmica.

Ao lado destas ações, será importante a atuação, já iniciada no Congresso Nacional, para aprovar alguns projetos de Lei que apoiem o Sistema Nacional de CT&I, em particular na questão do financiamento. Um deles é o Projeto de Lei 5876/2016, que propõe destinar 25% do Fundo Social do Prê-Sal para programas e projetos na área de ciência e tecnologia. Outros dois projetos importantes em discussão pretendem tornar o FNDCT imune a contingenciamentos, como tem acontecido nos últimos anos com grave prejuízo para a CT&I. No projeto que transforma o FNDCT em fundo de natureza financeira, o que dificultaria seu contingenciamento, estamos pleiteando que seja mantido o limite de 25% dos recursos destinados para as operações reembolsáveis, como está na Lei nº 11.540/2007. Existe uma intenção de aumentar para 50% este limite, mas as entidades científicas e acadêmicas nacionais com assento no CCT se pronunciaram várias vezes contra esta opção e isto foi acertado, em reunião na Finep em 2017, com diversos setores ligados à CT&I. Uma iniciativa de médio e longo prazo que estamos propondo é a criação de um Observatório do Legislativo para que a comunidade acadêmica e de C&T possa ter uma atuação mais intensa e permanente junto ao Congresso Nacional.

***“A SBPC celebrará, em 2018, 70 anos de sua fundação em um momento difícil para o País e para a ciência, tecnologia e educação. Coerente com a tradição da sociedade, comemoraremos com uma ação contínua e persistente em defesa da democracia e de políticas públicas adequadas, com uma série de eventos por todo o Brasil”***

Uma terceira ação importante para 2018 será a implementação do Marco Legal da CT&I, bem como o seu aprimoramento dentro da perspectiva de redução da excessiva burocracia que afeta a CT&I no País e de uma maior flexibilização nas suas atividades, mantida evidentemente a preocupação com o uso adequado e transparente dos recursos públicos. Vamos continuar empenhados na derrubada dos oito itens vetados na Lei 13.243/2016, mas será importante a implantação na prática do novo Marco Legal, definido a partir do decreto de regulamentação dessa Lei, publicado no dia 8 de fevereiro. Como todas as legislações abrangentes é fruto de uma concertação de vários setores, ela carrega limitações e também riscos de utilização deturpada. Será estratégico incentivar e acompanhar a sua implementação pelas agências de fomento, universidades, instituições de pesquisa, empresas, órgãos governamentais e também nas estruturas estaduais e identificar pontos que podem ser aprimorados.

Em 2018, a SBPC continuará a insistir com as autoridades governamentais sobre a importância do debate aberto e amplo e da participação efetiva

das entidades científicas e acadêmicas, das universidades e das escolas e professores nas iniciativas para a reformulação da Educação Básica, em particular no Ensino Médio, o que não foi feito adequadamente no ano passado. Por outro lado, continuaremos em nossas ações em defesa da liberdade de pesquisa e de expressão e do respeito aos direitos civis, garantidos pela Constituição Brasileira. Eles devem ser efetivamente respeitados, o que não ocorreu em 2017, em diversas situações lamentáveis, entre as quais a intimação policial ao Dr. Elisaldo Carlini e nas ações intimidatórias em universidades e instituições de pesquisa. A SBPC, fiel à sua tradição democrática, se juntará a outros setores da sociedade brasileira contra a violência crescente no País, que se traduziu recentemente na brutal execução de Marielle Franco e de Anderson Gomes e em outros casos similares.

Outro desafio importante para a comunidade acadêmica e científica neste ano eleitoral será buscar a definição de questões centrais para as políticas públicas que possibilitem descortinar novos horizontes para o futuro do País. Entre elas, a revogação da Emenda Constitucional 95, que congela os gastos públicos pelos próximos 20 anos, e que torna o cenário para CT&I um caso de tragédia anunciada, como expresso em documento enviado ao Congresso Nacional por algumas das entidades nacionais que têm assento no CCT. A SBPC vai realizar, no primeiro semestre, oito seminários temáticos, em diversas cidades, para discutir propostas para políticas públicas de CT&I, educação básica, educação superior e PG, desenvolvimento sustentável, saúde pública, democratização da comunicação, direitos humanos e Amazônia. Os resultados destes seminários, depois de debatidos pela comunidade científica, serão apresentados à sociedade e aos candidatos ao Executivo e ao Legislativo, em particular na 70ª Reunião Anual da SBPC, em Maceió, no mês de julho. Vamos nos empenhar para que os diversos candidatos se pronunciem clara e publicamente sobre estes pontos. As secretarias regionais da SBPC se encarregarão de produzir documentos semelhantes para os candidatos aos governos e legislativos estaduais.

A SBPC celebrará, em 2018, 70 anos de sua fundação em um momento difícil para o País e para a ciência, tecnologia e educação. Coerente com a tradição da sociedade, comemoraremos com uma ação contínua e persistente em defesa da democracia e de políticas públicas adequadas, com uma série de eventos por todo o Brasil. Temos uma história intensa de atuação junto à sociedade brasileira, aos governos, às instituições de ensino e pesquisa, e às entidades científicas e acadêmicas, e estas comemorações certamente estarão ligadas às ações da entidade pela educação, ciência e tecnologia, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, saúde pública e outros temas importantes para o País. Todos estão convidados a celebrarem conosco os 70 anos da SBPC e a serem também parte ativa em nossos bons combates em 2018!

***Ildeu de Castro Moreira***  
***Presidente da SBPC***

● Políticas de CT&I

# Fórum Permanente das Sociedades Científicas Associadas à SBPC define estratégias para 2018

Os participantes se comprometeram a atuar em conjunto para colocar em ação os seis pontos de ação definidos no encontro, realizado no dia 20 de março em São Paulo

DANIELA KLEBIS

CRÉDITO: SBPC



O encontro reuniu representantes de cerca de 80 sociedades científicas

Cerca de 80 representantes de sociedades científicas de todo o País estiveram reunidos no dia 20 de março, na sede da SBPC, em São Paulo, para discutir e definir estratégias de ações para ciência, tecnologia, inovação e educação em 2018. O encontro teve a participação de Marcelo Morales, diretor do CNPq, Geraldo Nunes Sobrinho, diretor de programas e bolsas no País da Capes, Jorge Audy, coordenador da Comissão Especial de Acompanhamento do PNPQ 2011-2020 da Capes, e Fernando Nielander Ribeiro, representando a Presidência da Finep. Cada um apresentou um panorama atual dos organismos e os planos para 2018 para discutir com os participantes do Fórum. Morales enfatizou a importância das articulações com outros órgãos neste momento de crise para possibilitar os recursos básicos para manter os projetos de pesquisa caminhando. “Temos poucos recursos. E, do total que temos, 90% vai para bolsas. Sobra muito pouco para novos editais. Com organização e parceria é possível fazer algo”, afirma. Ele também afirmou que o CNPq em 2017 focou muito em pagar dívidas e agora em 2018, com as contas em dia, o Conselho está deixando de “olhar apenas para o retrovisor” e está focado em criar novos projetos e articulações para viabilizá-los. “Mas, para isso, precisamos da participação efetiva das sociedades científicas. Temos que formular bons projetos para buscar parcerias com outros órgãos públicos”, ressaltou. Segundo confirmou, o CNPq pagará este ano o Edital Universal 2016 e lançará o Edital Universal 2018.

## Fundo privado

Geraldo Nunes Sobrinho disse que a Capes tem estado sob pressão extra por conta do desequilíbrio

de financiamento para CT&I. A Coordenação passou também por um momento de estabilização dos recursos, após o fim do Ciência sem Fronteiras. Segundo ele, aos poucos os investimentos estão sendo equalizados. Em 2017 os recursos de custeio dos programas de pós-graduação receberam um acréscimo de R\$ 6,6 milhões em relação ao valor concedido em 2016. Neste ano, o acréscimo será de R\$ 13,2 milhões em relação ao valor concedido ano passado. “Mas é essencial agora que além do custeio, aumentem também os recursos para insu- mos”, ressaltou.

Sérgio Muhlen, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia Biomédica (SBEB), chamou a atenção para a continuidade de programas de internacionalização da Capes, que ficaram um pouco esquecidos durante o Ciência sem Fronteiras. Segundo Sobrinho, esses programas continuarão como políticas da Capes - sem perdas.

O diretor da Capes também apontou para a necessidade de confrontar o desequilíbrio dentro do Sistema Nacional de Pós-Graduação. “Se fizermos uma avaliação de investimentos da Capes vamos ver muita distorção que precisa ser corrigida”.

**“É fundamental mobilizarmos mais a nossa base, convocar os estudantes e pesquisadores a atuarem em conjunto conosco”, Ildeu Moreira, presidente da SBPC**

Um ponto que levantou discussão foi a criação de um fundo privado de apoio à pesquisa, cujos recursos seriam oriundos de empresas dos setores elétrico, de bioenergia e petróleo, de telecomunicações e de mineração. Conforme contou Nunes, a aplicação dos recursos seria decidida por um conselho

formado por entidades representativas da comunidade científica juntamente com representações da iniciativa privada. A Capes está estruturando esse fundo, mas, conforme foi ressaltado no encontro, o debate ainda não abrangeu a comunidade científica.

“Essas discussões não foram abertas. Não temos ainda uma posição porque não tivemos acesso aos documentos dessa proposta. Isso deve ser feito de maneira adequada para que programas de pós-graduação das universidades públicas não corram o risco de serem decididos por empresas”, advertiu o presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira.

Os presidentes da Sociedade Brasileira de Química (SBQ), Aldo Zarbin, e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), José Gilberto de Souza, também recomendaram que se observe com cuidado a proposta da Capes. “É preciso reflexão, pois temos um projeto que se aproxima muito do setor privado”, disse Souza.

## Avaliação

Outra questão debatida foi a avaliação da Capes dos cursos de pós-graduação. A presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), Deisy de Souza, se disse preocupada com a distribuição dos conceitos da última avaliação, no qual 70% dos cursos foram classificados dentro das médias 3 e 4 (o conceito máximo é 7). “A nossa pós-graduação não é boa? Ou precisamos rever essa avaliação?”, questionou.

Jorge Audy, presidente da Comissão do Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPG) da Capes, concordou que o sistema de avaliação precisa ser revisto. Ele contou que o Conselho Superior da Capes encomendou um estudo sobre a proposição de um novo modelo de avaliação junto às institui-

ções científicas. “Um dos objetivos é encontrar um modelo que contemple as diferentes regiões”.

A Capes estipulou um prazo até 29 de março para receber propostas das entidades relacionadas para esta reformulação da avaliação. Porém, os participantes do Fórum criticaram a falta de comunicação, pois muitos não estavam cientes de que esta discussão já estava para ser concluída. “É o caso de prorrogar a discussão e disponibilizar o material para ampliar a discussão”, sugeriu o conselheiro da SBPC, Nelson Pretto.

O professor Alfredo Wagner Berno de Almeida, também conselheiro da SBPC, ressaltou que é também preciso pensar nas consequências da última avaliação. “O conjunto das universidades públicas da Amazônia, que é excelente, foi prejudicado pela avaliação da Capes. Temos o compromisso de fazer uma discussão e rever esses erros”, propôs.

## “Orçamento não permite grandes sonhos”

Ribeiro, da Finep, chamou de “coisa perversa” os cortes no orçamento para CT&I e disse que a Financiadora, cuja principal fonte de recursos é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), está concentrando maiores esforços para garantir o pagamento dos compromissos assumidos. Ele salientou também a importância das articulações para arrecadar recursos. “Nosso problema não é apenas a falta de dinheiro. Faltam articulações e vontade política também”, afirmou.

O presidente da SBPC chamou atenção para a gravidade do orçamento movimentável previsto para 2018, aprovado em R\$ 4,6 bilhões na Lei Orçamentária, e que com o contingenciamento anunciado em fevereiro caiu para R\$ 4,1 bilhões – mas desse montante o que vai para as áreas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) é R\$ 3,4 bilhões. “Isso é catastrófico”, disse.

## Estratégias para 2018

Moreira acrescentou que se torna crucial que as entidades estejam unidas para pressionar o governo para revogar a Emenda Constitucional 95, sob o risco de que esse orçamento pífio não tenha perspectivas de aumento pelos próximos 20 anos.

Também é importante recuperar os R\$ 500 milhões contingenciados em 2018 e pressionar o governo para que o montante alocado na Reserva de Contingência no Orçamento de 2018, referente a recursos do FNDCT, sejam progressivamente liberados. “Essa é uma briga difícil, mas é importante insistirmos”, disse o presidente da SBPC.

Outra ação importante é examinar e apoiar os Projetos de Lei no Congresso que apoiem o Sistema Nacional de CT&I e reivindicar a reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) pleno, com o presidente da República e pelo menos três ministros – pedido que vem sendo reiterado desde o ano passado.

Entre as estratégias propostas na reunião está também a criação de um “Observatório Legislativo”, uma estrutura oficial e permanente que garantiria a presença mais organizada das entidades científicas em Brasília.

Moreira destacou ainda que é importante definir que tipo de atuação é necessária nos estados com relação à destinação dos recursos das FAPs.

A implantação e o aprimoramento do Marco Legal da CT&I é outra prioridade para 2018. O projeto para uma legislação que promova maior flexibilidade e menos excesso de burocracia na área de ciência, tecnologia e inovação teve início em 2008 na SBPC e a lei foi sancionada em janeiro de 2016, com oito dispositivos vetados.

A luta para derrubar os vetos continua até hoje, mas no dia 8 de fevereiro a comunidade científica

teve uma nova conquista, com a publicação do decreto que regulamenta a Lei. “Agora temos uma legislação que tem um grande potencial, mas que tem que ser transformada em prática. É importante que a gente se aproprie dessa legislação”, ressaltou Helena Nader, presidente de honra da SBPC, que esteve à frente de todo o processo do Marco Legal.

Outra proposta levantada no Fórum é que se faça um levantamento de fontes de recursos para CT&I. O presidente de honra da SBPC, Ennio Candotti, observou que existem recursos perdidos em outros ministérios que deveriam ser canalizados para CT&I. “São recursos que podem ultrapassar R\$ 10 bilhões e que são pulverizados em transações pouco transparentes”, alertou. “As sociedades científicas poderiam pressionar para reunir todos os ministérios que possuem recursos para projetos na área de CT&I e buscar ações coordenadas. Hoje essa política está toda desencontrada”.

Os participantes também discutiram suas preocupações com a educação básica. O presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), Vicente Molina Neto, questionou as políticas públicas e os investimentos. Outra questão colocada em discussão foi a falta de participação da comunidade científica na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que se refere ao Ensino Médio. Conforme destacaram vários participantes do Fórum, as propostas para a adaptação da BNCC ao Ensino Médio após a Reforma deste ciclo em 2017 estão sendo enviadas ao Conselho Nacional de Educação (CNE) sem discussão com as entidades científicas, e isso pode afetar profundamente a educação em ciências dos alunos.

Seis pontos de ação considerados centrais foram definidos no encontro (veja abaixo). Os participantes do Fórum Permanente das Sociedades Científicas Associadas à SBPC se comprometeram a atuar em conjunto para colocá-los em ação. O presidente da SBPC recomendou que essa mobilização vá além dos representantes, e que tenha a participação de toda a comunidade científica. “É fundamental mobilizarmos mais a nossa base, convocar os estudantes e pesquisadores a atuarem em conjunto conosco nesses pontos”, concluiu.



**Revogação da Emenda Constitucional 95 (do teto de gastos)**



**Participação no debate da proposta da Capes de criação de um Fundo Privado**



**Ampliar o prazo para sugestões do novo Modelo de Avaliação dos PPG da Capes**



**Demandar do MEC a participação da comunidade científica na discussão da BNCC relativa ao Ensino Médio**



**Criação de um Observatório do Legislativo**



**Levantamento dos recursos destinados para P&D que não chegam ao seu destino**

## ● Políticas de CT&I

# Sociedades científicas manifestam suas preocupações com cenário da CT&I em 2018

*Cerca de 80 representantes de sociedades científicas de todo o País participaram de encontro na sede da SBPC em São Paulo, no dia 20 de março*

VIVIAN COSTA

**P**articipantes do Fórum Permanente das Sociedades Científicas Associadas à SBPC, reunidos no dia 20 de março, apontaram temas preocupantes nas áreas de educação, pós-graduação, política, ciência, tecnologia e inovação em 2018 e sugestões para ações. Entre os tópicos levantados está a falta de recursos para bolsas de pesquisa, a valorização da área de ciências humanas e sociais aplicadas e mudanças nos critérios das avaliações do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). O encontro, realizado na sede da SBPC em São Paulo, contou com representantes de cerca de 80 sociedades científicas de todo o País.

As preocupações foram levantadas após as apresentações de Marcelo Morales, diretor do CNPq, Geraldo Nunes Sobrinho, diretor de programas e bolsas no País da Capes, Jorge Audy, coordenador da Comissão Especial de Acompanhamento do PNPQ 2011-2020 da Capes, e Fernando Nielander Ribeiro, representando a Presidência da Finep, que apresentaram um panorama atual dos organismos e os planos para 2018 (leia na página 3).

Maria Juracy Filgueiras Toneli, vice-presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp), questionou a posição oficial do CNPq sobre as ciências humanas e sociais aplicadas. Segundo ela, a área tem participação ínfima do orçamento do órgão. “Quando eu era coordenadora do CNPq, uma das discussões que caminhou bastante foi a criação da diretoria específica de ciências humanas e sociais aplicadas. Essa discussão ficou parada. Mas, em tempos de vacas magras, fica claro que o mercado só compra aquilo que parece destacar. Produtos. É tradição das humanas ter dificuldade de vender produtos no mercado. Nós fazemos outro tipo de análise. Se falou muito a necessidade de parcerias. As outras áreas produzem, mas as humanas têm capacidade de ensinar como atingir a população. Infelizmente, não somos prestigiados”, afirmou.

Luciano Mendes, coordenador do Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (FCHSSA), também concordou que a área de ciências humanas e aplicadas tem tratamento diferenciado das agências. “Quando eu estava no CD (Conselho Deliberativo do CNPq), nos reuníamos de forma sistemática para produzirmos políticas de ciências humanas aplicadas. Essas políticas não saíram do papel. A gente questionou e não tivemos resposta. Queremos criar diversas ações estruturantes, já que os editais diminuíram”, afirma. Mendes também chamou a atenção para desequilíbrios no tratamento do CNPq com determinadas áreas. “É preocupante porque a área de ciências humanas e aplicadas representa 38% da comunidade de ciência, tecnologia e inovação. Queremos ter maior participação na discussão dos projetos estruturantes do CNPq”.

CRÉDITO: SBPC



*Entre os tópicos levantados, está a falta de recursos para bolsas de pesquisa, a valorização da área de ciências humanas e sociais aplicadas e mudanças nos critérios das avaliações do Sistema Nacional de Pós-Graduação*

## Orçamento

Hernandes Carvalho, presidente da Federação de Sociedades de Biologia Experimental (FeSBE), destacou a necessidade de ampliar, nos próximos anos, a capacidade de execução dos INCT's, que estão muito 'capengas'. “A alegria de quem coordena um INCT é só na hora da aprovação, porque, por causa da inflação, valorização do dólar e de cortes de 30% no orçamento, fica difícil executar algo. Acredito que haja necessidade de se financiar mais projetos”, disse.

Carlos Eduardo Belz, representante da Sociedade Brasileira da Zoologia (SBZ), acrescentou que também é importante pressionar para que saia em 2018 um novo edital do Programa Antártico Brasileiro (Proantar), já que o último foi em 2013.

“A ciência brasileira merece muito mais abundância de recursos, mas, também, bons projetos”, ponderou Luiz Carlos P. Silva, secretário de relações institucionais da Sociedade Brasileira de Automática (SBA). Ele citou o exemplo do programa de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) no setor de engenharia elétrica, coordenada pela Aneel, onde sobram recursos. “São R\$ 500 milhões por ano nesse programa”, destacou. Silva sugeriu que o CNPq promova articulações com outras agências para viabilizar programas como este em todas as áreas, mas ressaltou que também é preciso estimular os pesquisadores para que desenvolvam projetos com maior qualidade.

O presidente da Sociedade Brasileira de Química (SBQ), Aldo Zarkin, problematizou o número de bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), que, conforme disse, estão achatadas. “Existem pessoas que poderiam e queriam entrar nesse sistema e não estão conseguindo”, afirma. Ele também criticou a

falta de orçamento para projetos novos. “É decepcionante ver isso”, lamentou.

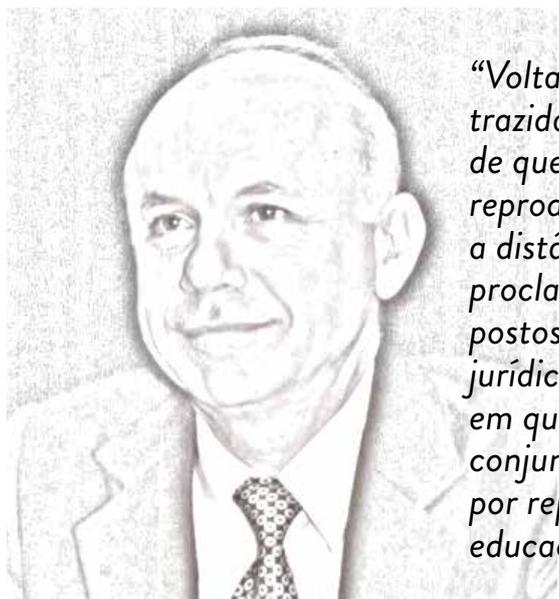
## Repensar o sistema de pós-graduação

Para o diretor de relações internacionais da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Flávio Franco, a situação da pós-graduação no Brasil hoje é alarmante. “Muitas pós-graduandas e pós-graduandos estão sem bolsas para continuar suas pesquisas e suas produções científicas e muitos programas estão sem investimento nos laboratórios, sem material entre outros. Precisamos apresentar essa situação caótica que se encontra todo o processo de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação que estão nas universidades a partir dos programas de pós-graduação”, afirmou. Franco criticou ainda o Programa Institucional de Internacionalização da Capes (Capes Print), lançado em novembro de 2017. “Neste edital são destinados R\$ 300 milhões para 40 projetos. Essa iniciativa vem na contramão do que nós debatemos, é uma hierarquização e elitização dos centros de pesquisa e dos programas na academia. Muitos programas do norte e nordeste serão penalizados pela perspectiva de que os programas categorizados no âmbito da Capes com nível de excelência acadêmica se encontram no sul e sudeste. Precisamos de um esforço conjunto para descentralizar os investimentos desse edital”.

Luciano Mendes, do FCHSSA, reforçou que há um desequilíbrio no sistema como um todo e que é necessário repensá-lo. “Devemos discutir políticas de pós-graduação e propor uma remodelação do sistema. Não é possível a Capes dizer que não tem como pensar no crescimento desse sistema. Temos também que refletir sobre uma avaliação que faça sentido, pois isso impacta a distribuição dos recursos”, concluiu.

● *Artigo*

# Perspectivas para a educação em 2018



*Carlos Roberto Jamil Cury,  
vice-presidente da SBPC*

*“Voltamos à antiga tese trazida por Anísio Teixeira de que continuamos reproduzindo e ampliando a distância entre os valores proclamados formalmente, postos no ordenamento jurídico, e os valores reais, em que as políticas públicas conjunturais acabam por reproduzir o elitismo educacional”*

Quando se entra em cena a noção de perspectiva, não há como não recorrer a um sentido mínimo deste termo. Ele pode ser aquela vista ao longe, uma expectativa e um sentimento de esperança. Será que o quadro da educação enquanto vista ao longe contém uma expectativa e uma esperança?

Do ponto de vista da inserção da educação como direito em nossa Constituição (que entra em seu trigésimo ano), não há dúvida de que o capítulo que a encerra foi o mais avançado que tivemos em todas as nossas Leis Magnas. É direito da pessoa enquanto indivíduo, enquanto cidadão e enquanto participante de grupos sociais, direito juridicamente protegido por muitos lados: financiamento, gratuidade, obrigatoriedade (dos quatro aos dezessete), gestão democrática, recursos jurídicos quando da omissão do Estado. Além disso, o regime de colaboração, inscrito na Constituição buscar respeitar o federalismo em uma dimensão cooperativa, dada a importância do direito à educação.

Estes princípios foram reinscritos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a qual incorporou muitas alterações de variada ordem e, mais recentemente, pelo Plano Nacional de Educação (PNE)

de 2014. Se a LDB tem como foco predominante a organização pedagógica e recessivamente o financiamento (mas não menos importante), o PNE inverte estes objetivos. Ele tem o financiamento ampliado como infraestrutura para a melhoria da qualidade da organização pedagógica. Logo, um é condição para outro e reciprocamente.

Tanto o capítulo da educação da Constituição, como a tramitação da LDB e a do PNE contaram com intensa participação de educadores e educadoras. E esta participação, ainda que restrita aos trâmites parlamentares, não deixou de existir. Participação esta que cresceu com a perspectiva de que o PNE viesse a garantir alguns fatores indispensáveis para a qualidade da educação: a melhoria da infraestrutura das instituições escolares, a atualização tecnológica das escolas, a universalização do acesso em todas as etapas da educação básica, a formação docente articulando de modo virtuoso a relação teoria/prática, a dignificação salarial dos professores, a ampliação de acesso ao ensino superior. Ora, se há ampliação, melhorias, não como não associar a melhoria da gestão com a ampliação dos recursos.

Pois bem, com a deposição da presidente Dilma Rousseff houve uma mudança nos rumos da educação, seja por razões macroeconômicas, seja por disposições conjunturais. Pelas primeiras, a emenda constitucional n. 95/2017 do regime fiscal que cria um teto para os gastos públicos

(despesas primárias) por vinte anos alterando o papel do Estado na promoção do bem-estar social. Como ficam as coisas se o número de habitantes crescer e o PIB também? É verdade que não se pode esquecer que, antes desta emenda, uma das fontes da ampliação dos recursos com os quais se contava, ou seja, os recursos do pré-sal dada a variação do preço do barril do petróleo decresceu. Com isso, o atual governo pôs o PNE em banho-maria quando não em esquecimento em tudo no que se refere à ampliação de recursos, seja na educação, seja no investimento mais permanente em ciência e tecnologia. Parece que este PNE, tão discutido nos Municípios e Estados, tão participado por meio de associações profissionais e científicas, vai tomando o rumo de seus predecessores: o fracasso. Não é de se espantar que tal rumo ao invés de uma expectativa que gere esperança, acabe por estabelecer um clima de desânimo.

Do ponto de vista conjuntural, o recuo quanto ao PNE foi sendo ocupado por iniciativas, certamente de recorte importante, porém conjunturais quando descoladas do conjunto do PNE. Assim, a propaganda governamental põe na mídia a denominada Reforma do Ensino Médio, a Residência Pedagógica e a Base Nacional Comum Curricular da educação infantil e do ensino fundamental. Nas duas primeiras, praticamente não houve participação mais ampla dos interessados como docentes e estudantes e na terceira, não só o ensino médio (reformado) se descolou da educação básica como parece não contar com participação ampla induzida pelos atuais governantes.

Voltamos à antiga tese trazida por Anísio Teixeira de que continuamos reproduzindo e ampliando a distância entre os valores proclamados formalmente, postos no ordenamento jurídico, e os valores reais, em que as políticas públicas conjunturais acabam por reproduzir o elitismo educacional.

## ● Políticas de CT&amp;I



## SBPC vai elaborar propostas de políticas públicas para encaminhar a candidatos ao Executivo e Legislativo

*A entidade realiza neste semestre oito seminários temáticos, em diferentes capitais do País, para discutir pontos essenciais para as políticas públicas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, educação básica, educação superior e pós-graduação, democratização da comunicação, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, Amazônia e saúde pública*

MARCELO RODRIGUES

A SBPC comemora 70 anos de atuação em 2018 e foi pensando nessa data e na transição política que haverá com as eleições de outubro que o Conselho da entidade aprovou a realização do ciclo de seminários temáticos “Políticas públicas para o Brasil que queremos” ao longo do primeiro semestre do ano.

Organizado em oito encontros em seis capitais do País, os seminários discutirão pontos essenciais para as políticas públicas na ciência, tecnologia e inovação, na educação e em outros temas importantes. O objetivo de cada encontro é a elaboração de um documento com diretrizes e propostas gerais para tais políticas públicas. Elas serão apresentadas e debatidas em painéis durante a 70ª Reunião Anual da SBPC, que será realizada em Maceió, de 22 a 28 de julho, no campus da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Serão também divulgadas para a sociedade e levadas ao conhecimento dos candidatos ao Legislativo e ao Executivo da próxima eleição.

As cidades que sediarão os seminários são Recife-PE, São Paulo-SP, Porto Alegre-RS, Manaus-AM, Brasília-DF, Belo Horizonte-MG e Rio de Janeiro-RJ, entre os meses de abril e junho.

Realizados com temas, cidades, entidades, instituições e especialistas diferentes, esses encontros têm um caráter nacional e interdisciplinar. Outros debates serão organizados nos diversos estados, pelas secretarias regionais da SBPC, e abordarão questões para as políticas públicas estaduais.

Cada seminário terá à frente um grupo de trabalho (GT) coordenando as ações, a organização do encontro e incumbido de convidar palestrantes e debatedores especialistas em cada um dos temas. Para o presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, “os seminários são uma maneira da SBPC e de outras entidades e instituições científicas contribuírem para a formulação de políticas públicas mais consistentes em áreas importantes para o País. E também para oferecer à comuni-

dade científica e acadêmica, bem como à população em geral, a possibilidade de conhecerem melhor os posicionamentos de candidatos ao Executivo e ao Legislativo e de, eventualmente, votarem naqueles que tenham maior sensibilidade e que expressem compromissos claros com as políticas públicas nestas áreas.” O primeiro dos seminários terá o tema “Políticas Públicas em Ciência, Tecnologia & Inovação” e ocorrerá no campus

**“Os seminários são uma maneira da SBPC e de outras entidades e instituições científicas contribuírem para a formulação de políticas públicas mais consistentes em áreas importantes para o País”, Ildeu Moreira, presidente da SBPC**

da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Recife, no dia 13 de abril. Serão quatro painéis de debates, que contarão com a presença de especialistas como Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Celina Turchi, pesquisadora da Fiocruz, Helena Nader, presidente de honra da SBPC, Sidarta Ribeiro, vice-diretor do Instituto do Cérebro da UFRN, entre outros. A palestra de abertura será dada pelo ex-ministro de C&T, Sérgio Machado Rezende.

**“Precisamos deixar claras nossas posições”**

Sidarta Ribeiro, diretor da SBPC e coordenador do GT de CT&I, acredita que a realização dos seminários será importante para dar respaldo a futuras cobranças que poderão ser feitas após o período eleitoral. “Nós temos candidatos e candidatas e precisamos de propostas

da SBPC para o financiamento de CT&I e para debater com eles. Precisamos trabalhar para conseguir o compromisso deles com metas ou princípios do financiamento para CT&I até para podermos cobrar esses compromissos lá na frente”, diz.

Para José Antônio Aleixo da Silva, professor titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e coordenador do seminário de Pernambuco, a importância destes encontros se dá pela época em que vivemos. “O momento é de arrocho em princípios básicos da democracia e de direitos básicos do cidadão. Um ano em que nós precisamos deixar claro que nossas posições são pela educação, pela saúde, pelo diálogo. Tudo isso apoiado naquilo que temos expertise, que é uma ciência forte, visando à inovação e a um progresso sustentável.”

Uma das funções dos encontros, conforme aponta Ribeiro, é chegar a posições amadurecidas da SBPC em temas que são polêmicos e que a entidade deverá até convidar alguns candidatos ao debate, na própria Reunião Anual ou em outra situação”, explica, “é nosso papel não só apresentar essas propostas à sociedade, mas tentar comprometer os candidatos com elas”, conclui.

A expectativa, segundo Aleixo, é que os candidatos leiam e considerem o documento ratificado durante a Reunião Anual. “Nós esperamos que haja candidatos sérios que levem em consideração o documento. Queremos fazer nosso papel enquanto Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.”

Segundo Nelson Pretto, professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e conselheiro da SBPC, e que coordena o Seminário Temático “Democratização da comunicação” o GT está atuando com a academia, mas também com movimentos sociais para que a discussão não se restrinja ao universo acadêmico. “Pensando nisso é que nós convidamos movimentos sociais com atuação especiali-

zada em mídia e comunicação, como o Intervozes e o Centro de Estudos Barão de Itararé, para o evento em São Paulo que está programado para 19 de abril, na sede da SBPC”.

“A partir do momento em que a SBPC e todas as 142 sociedades científicas afiliadas, e mais organizações da sociedade civil, chegarem a um conjunto de princípios sobre cada tema, esses pontos serão tornados públicos e divulgados para a efetiva cobrança dos posicionamentos de cada candidatura, partido e coligação em relação a cada proposta”, explica Pretto. “Este trabalho será seguido de uma firme divulgação, estimulando o compromisso dos candidatos com os princípios da Carta. Uma atuação com muita capilaridade em todo o País”, afirma.

**“O nosso papel enquanto entidade que congrega tantas outras sociedades afiliadas é pressionar para termos um país justo, solidário e democrático”, Nelson Pretto, coordenador do GT sobre Democratização da Comunicação em São Paulo**

Para Nelson Pretto, esse tipo de atuação fortalece a atuação da SBPC para seguir fazendo aquilo para o que foi fundada 70 anos atrás: “O nosso papel enquanto entidade que congrega tantas socie-

dades afiliadas é pressionar para termos um país justo, solidário e democrático.”

Para a realização dos seminários, a SBPC deverá contar com parcerias, como é o caso da reunião do dia 19 de abril em São Paulo, que terá apoio da UFBA. Outros seminários temáticos terão também a parceria das universidades onde serão realizados e de outras sociedades científicas e acadêmicas, como é o caso do encontro sobre Educação Superior e Pós-Graduação que será realizado, em Porto Alegre, em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e com o apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## Confira as datas, temas e locais de cada seminário temático já programado:



\*data a confirmar

● *Ciência e Sociedade*

# Sob protestos, Conad aprova nova política de drogas

*Em reunião do Conselho, a SBPC pediu vista sobre política de drogas e defendeu adoção de normas da OMS. “Vão aumentar a guerra contra o usuário que vive em comunidades carentes”, alerta o neurocientista Sidarta Ribeiro*

MARCELO RODRIGUES

CRÉDITO: ISAAC AMORIM - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



*Nova política de drogas foi aprovada no dia 1º de março por 16 dos 22 membros presentes.*

○ Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (Conad) votou no dia 1º de março a proposta do ministro do Desenvolvimento Social e Agrário para uma nova política de drogas no País. Segundo o texto, proposto pelo ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, a partir de 13 de março – data em que a nova resolução foi publicada no Diário Oficial da União – a política de drogas passou a ser orientada pela abstinência e tratamento em clínicas e comunidades terapêuticas, em oposição à política de redução de danos, defendida pela ala cuja posição é distinta dos membros que votaram pela aprovação.

A resolução foi votada à revelia de alguns conselheiros, que, além de fazer emendas no documento, também pediram vista. Em reunião no dia 1º de fevereiro, representantes do governo no colegiado já haviam tentado votar a resolução, mas a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), por meio de seu representante no Conselho, interrompeu pedindo vistas do processo junto a outras duas instituições – a União Nacional dos Estudantes e o Conselho Federal de Serviço Social –, configurando um pedido coletivo de vista.

Após a reunião, o médico e pesquisador da Fiocruz, Francisco Inácio Bastos, representante da SBPC, se disse frustrado e destacou que a instituição fez e seguirá fazendo o seu papel: “Nossa posição foi de protesto, tentamos postergar ou ao menos contribuir para a proposta, mas tive aprovada apenas uma sugestão de emenda, sem muito impacto. De maneira geral foi bem frustrante”, avalia o pesquisador.

O parágrafo 3º do artigo 23 do regimento interno do Conselho diz que “as matérias retiradas de pauta por pedidos de vista serão automaticamente incluídas na pauta da reunião ordinária seguinte”.

A conselheira Clarissa Guedes, representante suplente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), declarou que não concordava com a votação e pediu vistas do processo.

Presidente do Conad, o ministro da Justiça, Torquato Jardim, indeferiu o pedido alegando que na reunião anterior a proposta já fora retirada de pauta mediante um pedido coletivo de vista e que, segundo o regimento interno, cada membro só tem direito a um pedido de vista. “As matérias retiradas de pauta por pedidos de vista serão automaticamente incluídas na pauta da reunião ordinária seguinte”.

O que Jardim não mencionou é que cada membro, também segundo o regimento, tem direito a um pedido de vista por processo e, segundo Gabriel Santos Elias, que é coordenador de relações institucionais da Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD) e tem participado das articulações contra a proposta, o CFP não havia pedido anteriormente.

Bastos já alertara, após a primeira reunião, no dia 1º de fevereiro, que o governo tentaria votar de modo açodado o texto proposto por Terra e indicou que tentaria – do mesmo modo como ocorrido há um mês – defender que o Brasil aguardasse a votação de uma proposta da ONU que estabelece um padrão internacional para o tratamento do uso de drogas.

De maneira geral, o texto da ONU critica o que chama de uma “visão ultrapassada de alguns países”, que discrimina e estigmatiza o usuário e aborda o problema nas instâncias criminais, quando deviam tratar como questão de saúde pública mundial. A proposta aguarda a ratificação dos países membros ao documento.

O que, segundo Bastos, nada adiantaria: “Nós levamos o documento da ONU, mas é muito complicado, porque eu posso dizer ‘Olha, isso é reco-

mendação da OMS’, e aí vem outra pessoa e diz: ‘Não está ratificado no Conad, o País é soberano e ratifica o que lhe parecer pertinente.’”

Para o cientista Sidarta Ribeiro, vice-diretor do Instituto do Cérebro da UFRN, diretor da SBPC e integrante do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas (Comud) de Natal, “o que está havendo é um rolo compressor para mudar uma coisa que já é ruim para outra bem pior, que não tem evidência científica e que é uma medida eleitoreira. Eles querem se eleger com a bandeira da segurança pública.”

Outra questão apontada por Elias é que os conselheiros só receberam a ata da reunião anterior com um dia de antecedência, no dia 28 de fevereiro. O regimento diz que a ata da reunião anterior tem de ser enviada até sete dias antes da próxima, para que possa ser lida e aprovada no início da reunião seguinte, ocorrida no dia 1º de março.

“O presidente, na hora de votar a ata, nem abriu espaço para discutir. Quando questionaram, ele disse ‘já está aprovado, acabou’”, lembra Elias.

Há, segundo o representante da PBPD, outro problema: não foi incluído na pauta da reunião e não foi votado, o relatório do Fundo Nacional de Política de Drogas (Funad). “O regimento aponta que em toda reunião, esse relatório tem de ser discutido e aprovado pelos conselheiros. Isso não ocorreu.”

“O que nós estamos fazendo agora é questionar juridicamente a reunião por que ela não seguiu o regimento e, portanto, não é válida”, indica Elias. Bastos alerta que as sugestões expostas na resolução aprovada são, em sua maioria, genéricas e apontam apenas para uma consonância com um projeto de lei de 2013, em discussão no Senado, de autoria do então deputado Osmar Terra. “Se o projeto não está aprovado não tem validade. Mas eles pensam diferente; eu acho que não haveria tanto esforço para algo inócuo”, diz.

Na avaliação de Ribeiro, o governo conseguiu uma vitória expressiva, “trocando representantes, substituindo pessoas, marcando reuniões a toque de caixa, dificultando ao máximo a representação da sociedade civil”.

“Agora eles vão dizer ‘olha, o povo é a favor, o Conad aprovou, vamos todos na contramão do mundo aumentar a guerra às drogas’, e vão aumentar a guerra contra o usuário que vive em comunidades carentes. O que estamos vendo é um teatro de horrores e isso é mais um passo nessa direção retrógrada”, finaliza o cientista.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) entrará na justiça com um mandado de segurança visando anular a decisão do Conad.

● *Meio Ambiente*

# STF conclui votação sobre o Código Florestal e praticamente ignora a Ciência

*Para pesquisadores do Grupo de Trabalho do Código Florestal, integrado por membros da SBPC e da ABC, o julgamento mostra o favorecimento ao lobby de grupos políticos economicamente mais fortes, em detrimento das evidências científicas*

MARCELO RODRIGUES

CRÉDITO: ARQUIVO

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu no dia 28 de fevereiro o julgamento das quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) da Procuradoria Geral da República contra a Lei 12.651/2012, que atualizou o Código Florestal brasileiro, de 1965. O voto do ministro Celso de Mello, decano da Corte, definiu o julgamento iniciado em setembro de 2017.

A votação foi recebida com tristeza no meio científico e ambiental e comemorada por setores do agronegócio e políticos da bancada ruralista no Congresso.

O parecer do magistrado definiu questões importantes para o meio ambiente, como o ponto em que anistia quem desmatou ilegalmente até julho de 2008 ou na mudança sobre as Áreas de Preservação Permanente (APP's), que, à medida que considera o leito regular dos rios (a média anual) e não o leito maior, medido durante o período de cheias, como era antes, reduz substancialmente essas áreas.

No dia 26 de fevereiro, em carta dirigida ao ministro Gilmar Mendes, o Grupo de Trabalho do Código Florestal (GTCF), instituído pela SBPC em parceria com a Academia Brasileira de Ciências (ABC), classificou como esdrúxula a declaração do juiz, que, em seu voto declarou que as posições da comunidade científica contrárias à redução de APPs não passavam de "mero achismo".

Segundo Jean Paul Metzger, ecólogo da USP e membro do GTCF, o julgamento traz muitas perdas em termos ambientais: "Ao considerar constitucional a anistia, nós deixamos de recuperar uma área de 40 milhões de hectares, e ao reduzir as APP's mais sensíveis, principalmente ao longo dos rios, nós tornamos o sistema menos capaz de se adaptar e de se recuperar de perturbações, ficando vulnerável a eventos extremos, como secas, chuvas torrenciais e enchentes", analisa o pesquisador. Metzger remete a um estudo da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP) que aponta a isenção da necessidade de recuperação de 41 milhões de hectares desmatados entre a área que deveria ser recuperada e a que de fato será com a inclusão daqueles que desmataram ilegalmente no Programa de Regularização Ambiental.

Outro ponto importante, segundo Metzger, é que boa parte das áreas a serem recuperadas estão em grandes propriedades. Ao contrário daquilo que defendem alguns representantes do agronegócio, a medida não beneficia pequenos produtores: "Se olharmos os dados, veremos que cerca de 70 a 80% dessas áreas não são de pequenos proprietários. Então, em termos de justiça e equidade, a lei é injusta socialmente."

Ao longo do debate sobre o Código Florestal, o GTCF produziu o livro "O Código Florestal e a Ciência: Contribuições para o diálogo", publicação de 2011 que fornece argumentos técnico-científicos para subsidiar o debate em torno da Lei.



*A votação final das quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) foi recebida com tristeza no meio científico e ambiental e comemorada por setores do agronegócio e políticos da bancada ruralista no Congresso*

Em setembro de 2017, às vésperas do início do julgamento, a SBPC encaminhou uma carta à presidente do STF destacando estudos da comunidade científica e alertando que o meio ambiente estava nas mãos do Supremo.

Para José Antônio Aleixo da Silva, professor titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e coordenador do GTCF, o julgamento levou pouco em conta as evidências científicas apresentadas: "Nós alertamos, fizemos nossa parte. Desde a primeira reunião, o relator, ministro Luiz Fux, deixou a SBPC e a ABC fora do debate. Excluíram-nos por saberem que nós poderíamos influenciar. Então, a votação não me causa estranheza", lembra o docente, que é também conselheiro da SBPC.

***"Nós alertamos, fizemos nossa parte. Desde a primeira reunião, o relator deixou a SBPC e a ABC fora do debate. Excluíram-nos por saberem que nós poderíamos influenciar."***  
***José Antônio Aleixo da Silva, coordenador do GTCF e conselheiro da SBPC***

Em 22 de fevereiro, o cientista Ricardo Ribeiro Rodrigues, membro do GTCF, via com esperança o fato de o voto conclusivo ser do ministro Celso de Mello. Sentimento também manifestado na carta enviada no dia 26 de fevereiro: "Ainda existe tempo hábil para uma reversão desse quadro e contamos muito com a fala e a posição que deverá ser defendida pelo ministro Celso de Mello, pois o ministro sempre demonstrou coerência nas suas decisões no STF, suportadas num forte embasamento científico das suas colocações".

No início de seu voto, o decano da Corte fez valer o otimismo: falou de princípios de precaução, da importância da preservação e do desenvolvimento

sustentável. No entanto, ao ratificar o voto, o magistrado disse que há de se preservar decisões do legislativo. "Houve um descompasso muito grande entre o discurso do ministro, de retidão e visão científica e ambiental, e o voto, que foi totalmente conservador, muito parecido com o parecer do relator, totalmente favorável aos ruralistas", conclui Metzger.

Houve, segundo o pesquisador, avanços pontuais, como a proteção das nascentes intermitentes, aquelas que provêm água apenas em algumas épocas do ano, de mais chuvas.

"Essas nascentes haviam sido desconsideradas na lei aprovada em 2012", lembra Metzger. "Isso foi questionado pelas Adins e a maioria dos ministros considerou inconstitucional."

Os ministros também proibiram lixões, aterros sanitários, quadras esportivas, ginásios e a construção de estádios em APPs, que na lei de 2012 era permitido.

Dois pontos que, na visão do ecólogo da USP, são menores diante do que estava em jogo: "No cômputo geral nós perdemos muito", lamenta.

Para Aleixo, os placares apertados do julgamento evidenciam que o peso econômico e político do agronegócio foi determinante frente às posições do meio científico. "Um placar de 6 a 5 no STF mostra não só o quanto a questão é dividida, mostra também que a carta, por exemplo, de uma Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, tem mais peso econômico que a carta da Ciência."

Metzger acredita que mesmo com a derrota e a segurança jurídica que o julgamento das ações dá à Lei, cientistas e ambientalistas ainda terão um árduo trabalho para implementar o Código. "A primeira coisa é tentar, da melhor maneira possível, utilizando a ciência, fazer cumprir a Lei, que é cheia de perdões e facilitações. Se isso não acontecer, nós teremos um argumento muito forte para tentar fazer uma nova revisão."

● Nordeste

# Jogo de cintura e resiliência

*Repleta de exemplos de resistência e superação, pesquisadores nordestinos alertam para a descontinuidade dos trabalhos por falta de recursos na região Nordeste*

EDNA FERREIRA\*



CRÉDITO: NOSSA CIÊNCIA

*Kepler Borges França, professor do Departamento de Engenharia Química da UFCG, é o responsável pela instalação do primeiro sistema de dessalinização no Brasil, há 22 anos*

**C**iência no nordeste é sinônimo de criatividade, adaptação e superação. Para driblar os entraves como, por exemplo, a divisão desigual de recursos nas diferentes regiões do País, a burocracia, a crise econômica e o contingenciamento de verbas, é preciso muito jogo de cintura. No entanto, pesquisadores nordestinos vêm demonstrando que é possível e importante fazer ciência no Brasil.

Apontado como o especialista nº 1 em dessalinização de água do nordeste, Kepler Borges França é professor do Departamento de Engenharia Química da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na Paraíba, e coordena o Laboratório de Referência Nacional em Dessalinização (Labdes). Ele é o responsável pela instalação do primeiro sistema de dessalinização no Brasil, há 22 anos.

Doutorado na Universidade de Kent, na Inglaterra, teve oportunidade de ficar por lá, mas preferiu voltar para ser professor na Paraíba. Ele pesquisou sobre extração de metais pesados, mas na UFCG entendeu que daria maior contribuição à sociedade dedicando-se à extração do sal da água. Ao lado de sua equipe do Labdes, o professor Kepler projetou mais de mil sistemas de dessalinização. “É muita gente sendo beneficiada”, comemora.

Para Kepler França a ciência brasileira está numa situação precária. “Aqui no nordeste a gente tem

muita gente boa nas nossas universidades, capacitadas, formadas em outras Instituições de Ensino Superior (IES) fora do nosso país, que estão como um capacitor, estão armazenados e muitos deles não fizeram nada por conta dessa nossa política interna de investimento em pesquisa, que é muito pobre. Temos muitos problemas, de apoio financeiro para a pesquisa em várias linhas de ação, como saúde, tecnologia, agroindústria, energia. O dinheiro está contado”, desabafa.

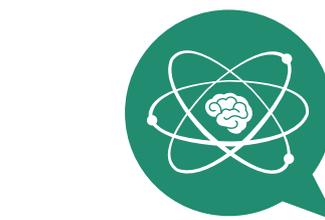
De acordo com o pesquisador, o primeiro sistema de dessalinização implantado no País foi na cidade de Olivedos (PB), em 1994, financiado pela Fundação Banco do Brasil. Em 1997, foi convidado pelo Ministério do Meio Ambiente e junto com a Secretaria de Recursos Hídricos foi criado o Programa Água Boa, pioneiro na instalação de vários sistemas de dessalinização no nordeste. “Em 1999, nós instalamos um sistema de dessalinização de água do mar em Fernando de Noronha. Hoje a ilha é beneficiada com água potável, a partir de um projeto nosso. Além desse tem outros sistemas grandes como na Ilha de Buriri (ES)”, detalha.

## Inovação e sustentabilidade

Um supercapacitor utilizando a membrana da casca de ovo. Essa demonstração de inovação e sustentabilidade é fruto do trabalho de pesquisadores do Laboratório de Espectroscopia de Impedância e Materiais Orgânicos da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Leimo-Univasf). O biomaterial apresentou excelente resistência mecânica e elétrica, além de ser flexível, menos tóxico e barato, podendo no futuro ser aplicado em dispositivos dobráveis, como celulares, ou fazer parte de tecidos de roupas que poderão armazenar e captar energia.

“Precisávamos de uma superfície porosa e que resistisse a altas temperaturas. Iniciamos os testes com fibras sintéticas e verificamos que o desempenho destas era abaixo das fibras presentes em membrana de ovos, que seriam bem menos tóxicas e baratas. A estrutura biológica, com milhares de anos de evolução, como esperado, demonstrou eficiência muito superior”, conta o coordenador do Leimo, professor Helinando Pequeno de Oliveira, do Instituto de Pesquisa em Ciência dos Materiais, da Univasf.

A equipe do Leimo encontrou na membrana da casca de ovo, um biomaterial com potencial para a



## NossaCiência

confeção de supercapacitores e dispositivos eletroquímicos devido à sua porosidade, resistência mecânica, composição química e abundância por ser um subproduto de diferentes indústrias. Além de ser um material biodegradável, que não provocará desequilíbrios ambientais quando aplicados como descarte, o supercapacitor flexível tem a vantagem de poder ser aplicado em dispositivos dobráveis, viabilizando a produção de equipamentos miniaturizados e também flexíveis.

## Ciência: grande aliada

“Em um futuro próximo, celulares com tela dobrável tal qual um folha de papel podem ser uma tendência. Estes dispositivos podem em breve substituir as baterias convencionais rígidas, sendo bem mais leves e apresentando uma eficiência muito maior”, ressalta Oliveira. Outra aplicação desses dispositivos é a incorporação em tecidos como calças e camisas, permitindo que as vestimentas sejam armazenadoras e captadoras de energia. “A instalação de células solares flexíveis sobre os ombros de camisetas incorporadas a capacitadores vestíveis permitirá que o celular guardado no bolso seja também carregado pelo supercapacitor, que recebe energia da célula solar”, adianta o professor.

O pesquisador se preocupa com o cenário de falta de recursos que atinge a ciência e tecnologia brasileira. “Quando falta dinheiro sempre estarão disponíveis duas opções: desistir ou fazer diferente. Obviamente é mais fácil desistir. O caminho mais árduo vem pela resistência. Precisamos, neste caso, improvisar. E, seguindo este caminho, descobrimos o quanto de ciência pode ser feita com materiais alternativos: células solares com aditivos do bioma caatinga, sensores à base de esponja de cozinha, adsorvedores bacterianos à base de líquens, supercapacitores à base de casca de ovo”, afirma Oliveira.

Para o coordenador do Leimo, o investimento em C&T precisa ser uma premissa de Estado, que figure acima de planos de governo e de eventuais crises (reais ou figurativas). “A ciência é um dos poucos investimentos com retorno garantido. E nos tempos atuais, em que informação e conhecimento valem mais do ouro e petróleo, o Brasil não tem o direito de abrir mão de seus cérebros”, resume.

\*EDNA FERREIRA É JORNALISTA DO PORTAL NOSSA CIÊNCIA, QUE COLABORA COM O JORNAL DA CIÊNCIA NESTA EDIÇÃO

● SBPC

# Centro de Memória da SBPC abriga rico acervo da história da ciência brasileira

*O Centro de Memória homenageia a física Amélia Império Hamburger, notável entusiasta da história da ciência*

MARCELO RODRIGUES



CRÉDITO: ACERVO CMAIH

Quem passa pelo antigo prédio da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP – o Centro Universitário Maria Antônia – no número 294 da rua homônima, nem imagina que, além de toda a carga histórica de momentos políticos do País, o pequeno edifício de quatro andares também abriga um acervo significativo da história da ciência brasileira, o Centro de Memória *Amélia Império Hamburger* (CMAIH).

O Centro é resultado dos trabalhos de reconstrução e preservação da história da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), iniciados em 2004 com o Projeto Memória, idealizado pelo físico Ennio Candotti, em seu mandato como presidente da entidade.

A cientista homenageada foi encarregada de orientar os trabalhos da historiadora e museóloga Walkiria Chassot, a quem Candotti confiou a iniciativa de realizar um grande resgate da memória da instituição, junto a outros nomes, como Luís Edmundo Magalhães.

Desde então, o Projeto Memória passou por diferentes fases. Do levantamento à recuperação e organização do acervo, ora por falta de recursos financeiros, ora por ausência de material humano, a SBPC teve de interrompê-lo. No entanto, num esforço que envolveu diversas pessoas, como a cientista Lisbeth Cordani, responsável pela coordenação do projeto em diferentes momentos, começou, em 2009, a recuperação e identificação,

especialmente do acervo audiovisual, tratado e disponibilizado no site da SBPC.

Em 2015 o Projeto foi retomado com fôlego e recursos específicos obtidos graças ao empenho da diretoria, capitaneada pela então presidente Helena Nader, por meio de uma emenda parlamentar que viabilizou a implantação do Centro de Memória. A emenda foi apresentada pelo então presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara Federal, deputado Ricardo Tripoli, e, após a sua aprovação, foram liberados recursos via o então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A historiadora Áurea Gil, curadora do acervo, recebeu o *Jornal da Ciência* para uma visita guiada no Centro de Memória e uma boa conversa sobre o acervo da SBPC. Logo ao descer do elevador, do patamar do quarto andar do edifício, já se observa a galeria de quadros dos cartazes históricos da entidade.

“Antes da criação do CMAIH” – relembra Gil –, “29 cartazes – exemplares únicos – encontravam-se expostos na galeria dos corredores da sede da entidade. Tratamos de retirar todos das estruturas de madeira em que se encontravam, fotografamos um por um e os transformamos em pôsteres. Os originais foram devidamente acondicionados, mesmo colados nas placas em que já estavam, para se juntar aos outros 344 exemplares arquivados nas mapotecas”.

Os documentos textuais do acervo histórico da diretoria estão acondicionados em caixas box e caixas tipo museu. São correspondências, estatutos, eleições, atas, representações e prêmios que, sozinhos, podem contar a história institucional da SBPC. Constitui um Fundo próprio os documentos do médico fundador da entidade, o fisiologista Maurício Rocha e Silva.

Figura relevante na construção do Centro de Memória, Cordani fala da importância da conquista para o futuro, o passado e o presente da instituição, da sociedade e do País: “Pode-se dizer que a SBPC foi contemporânea do desenvolvimento da ciência brasileira nos últimos 70 anos e esse registro tem imenso significado para o conhecimento do caminho trilhado. Conhecer seu passado e seus protagonistas ajuda a sedimentar a cultura vivenciada, mostra às novas gerações o papel importante e altruísta de pesquisadores de importância capital em suas áreas de atuação e ajuda a preparar o terreno para a educação científica das gerações futuras. Como muitos já o disseram, para construir o futuro é preciso conhecer o passado. O CMAIH é indispensável para favorecer esse conhecimento”. Logo que Gil assumiu a curadoria em 2015, foi iniciado um plano de classificação para ordenar e arquivar todos os tipos de documento recolhidos: textuais, iconográficos, audiovisuais (fitas de vídeo e áudio em diferentes suportes), cartazes, banners, publicações, periódicos, objetos, mídias digitais, etc.

Teve início a triagem, higienização, desmetalização, pequenos restauros dos documentos danificados pelo tempo, reprodução em xerox daquilo que estava originalmente em fax, acondicionamento, identificação dos envelopes, inventariação e arquivamento.

Para guardar todo o material, o acervo conta com 10 módulos de arquivo deslizante com 11 gavetas, quatro mapotecas com cinco gavetas cada, 49 caixas tipo museu de documentos, 77 caixas plásticas que abrigam especialmente os periódicos e outras publicações da SBPC, 328 caixas box e 5 pastas A4 de plástico corrugado.

Uma vez consolidado o trabalho de identificação e organização de todo o acervo da SBPC, está previsto um plano de digitalização dos documentos textuais e audiovisuais e parte do acervo iconográfico para que sejam disponibilizados tanto no portal quanto no acervo digital (repositório) que está em construção.

Outra iniciativa é a produção de vídeos com entrevistas de personalidades científicas, bem como o resgate de muitas entrevistas que já integram o acervo para disponibilizá-los durante as comemorações dos 70 anos da SBPC.

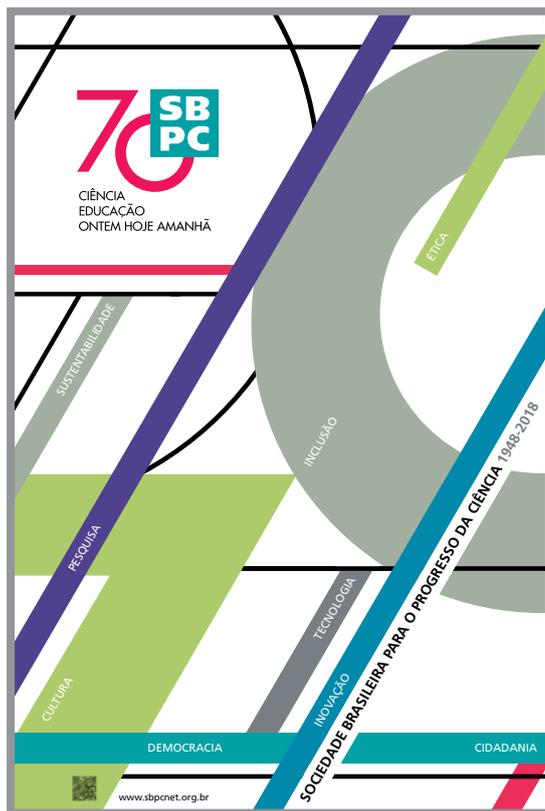
Pensando à frente, Cordani aponta o objeto desse grande projeto: “A ideia é que o CMAIH seja um centro de consulta tanto virtual quanto presencial para que pesquisadores e amantes da ciência possam conhecer as bases do desenvolvimento da pesquisa nacional, por meio das atividades organizadas e/ou presenciadas pela SBPC”.

● SBPC 70 anos

# SBPC celebra 70 anos em 2018

*A instituição foi fundada em 1948 e sua história está profundamente ligada ao processo de evolução social, político e econômico brasileiro e, especialmente, com a institucionalização da ciência e o desenvolvimento científico e tecnológico no País; comemorações seguem por todo o ano*

VIVIAN COSTA



**A** SBPC comemora 70 anos de sua fundação com uma programação especial ao longo de 2018, dando ênfase aos debates e discussões sobre o presente e o futuro da ciência no Brasil. O tema das celebrações é Ciência Educação Ontem Hoje Amanhã.

Um dos objetivos das atividades em comemoração aos 70 anos da SBPC é reforçar a importante atuação política da entidade, especialmente nos momentos mais críticos do País, e debater também a inserção e a atuação da comunidade científica, neste momento particularmente difícil, em prol do desenvolvimento científico, tecnológico, social e econômico do Brasil.

Entre as atividades, a SBPC realizará uma exposição itinerante a ser exibida primeiramente no Congresso Nacional, em junho, e, posteriormente, na Reunião Anual da SBPC, em Macaé, que será realizada em julho de 2018. Dali, o projeto será adaptado para exibição em outros espaços pelo País. O objetivo fundamental das comemorações, conforme descreve o presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, será resgatar o lado histórico da SBPC, sua importância para a organização da comunidade científica, o avanço científico e o fortalecimento da democracia brasileira, e dar ênfase aos debates e discussões sobre o presente e o futuro da C&T no Brasil.

O lançamento de um livro e a produção um documentário também estão na programação de festividades. Outra proposta definida é que todas as secretarias regionais da SBPC serão convidadas a desenvolver, paralelamente, atividades em seus estados que resgatem a história e os impactos locais da atuação da SBPC.

A programação de celebrações das sete décadas desta que é a Sociedade mais representativa da comunidade científica brasileira, que conta com mais de 5 mil sócios ativos e cerca de 140 sociedades associadas, de várias áreas do conhecimento, foi pensada para agregar toda a comunidade científica e acadêmica, bem como toda a sociedade brasileira.

Para tanto, uma das ações lançadas é a campanha pela internet “A SBPC que eu nunca esqueço”, que reúne depoimentos em vídeo ou por escrito dos momentos marcantes de todas as pessoas que participaram dos eventos da SBPC, realizados durante estes 70 anos. “Todo mundo tem uma história para contar sobre alguma das SBPCs que participou”, comenta Moreira. Você também está convidado a colaborar com este projeto!

**Para mais informações: [www.sbpcnet.org.br](http://www.sbpcnet.org.br)**

*“O objetivo fundamental das comemorações será resgatar o lado histórico da SBPC, sua importância para a organização da comunidade científica, o avanço científico e o fortalecimento da democracia brasileira, e dar ênfase aos debates e discussões sobre o presente e o futuro da ciência no Brasil”, Ildeu de Castro Moreira, presidente da SBPC*

## Peças comemorativas

Para dar início às comemorações, a SBPC lançou o selo e o cartaz comemorativo do aniversário de 70 anos.

O selo, composto pelos números sete e zero sob o tradicional logotipo da SBPC, deverá ser utilizado como assinatura da SBPC até junho de 2019.

Já o cartaz traz o selo comemorativo, o tema “Ciência Educação Ontem Hoje Amanhã” e um fluxo de linhas e palavras-chave que representam as bases da atuação da SBPC: cidadania, democracia, sustentabilidade, pesquisa, inclusão, cultura, ética, tecnologia e inovação.

O cartaz está disponível no site da SBPC em várias resoluções para download e também será enviado para todas as sociedades científicas, instituições de ensino e pesquisa e demais entidades nacionais, representativas das comunidades científica do País.

A concepção das peças é dos artistas gráficos Marília Ponte e Gilberto Tomé, que levaram em conta a importância da história da SBPC e sua contínua atividade em prol do desenvolvimento futuro do País.

Do ponto de vista gráfico, Tomé explica que o cartaz segue o mesmo conceito do selo comemorativo, com desenhos geométricos aproveitando a diagonal, sugerindo movimento ascendente, que demonstram a trajetória contínua e de olho para o futuro da SBPC.

Ponte, por sua vez, acrescenta que o cartaz conta com um fluxo de palavras que trazem diversos níveis de leitura e que a maneira como elas estão no cartaz é um convite para a aproximação. “Ao olhar para o cartaz, você se interessa pela informação. Você reconhece o foco. Mas, quando você se aproxima, há um ganho de informação”, explica.

Lisbeth Cordani, membro da Comissão dos 70 anos da SBPC, observa ainda que as linhas com as palavras no cartaz são importantes porque elas traçam os temas que permeiam a luta da SBPC. “O cartaz traz a essência da Sociedade e a projeta para o futuro, usando toda a experiência do passado”, afirma.

● SBPC

# SBPC realiza Reunião Regional em Rio Verde

O evento será de 15 a 19 de maio no campus do IF Goiano com o tema “Ciência, Inovação, Crescimento Econômico, Desenvolvimento Sustentável e Sociedade”; as inscrições são gratuitas e vão até o dia 10

A SBPC realiza de 15 a 19 de maio a sua Reunião Regional no campus de Rio Verde do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), com inscrições gratuitas. Os interessados podem se inscrever até o dia 10 de maio. O evento terá como tema “Cerrado: Ciência, Inovação, Crescimento Econômico, Desenvolvimento Sustentável e Sociedade”. Durante o evento, o público poderá assistir a conferências e mesas-redondas, além dos minicursos, destinados aos inscritos e matriculados. As atividades contarão com a participação de pesquisadores locais e de outras regiões do País. Estudantes, professores e pesquisadores poderão submeter seus trabalhos de pesquisas científicas e tecnológicas, experiências e/ou práticas de ensino-aprendizagem à Sessão de Pôsteres.

A expectativa do presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, é que haja um grande engajamento dos estudantes das instituições locais com as atividades. “Esperamos atingir todos os estudantes

da região e também os professores do ensino básico. Um dos objetivos é envolver todo o conjunto de instituições ligadas à ciência e educação nesse evento.”

Moreira lembra que as reuniões regionais surgiram há uns 20 anos com o intuito de atingir cidades menores e, assim, abordar temas locais com amplitude nacional. “A SBPC já foi para Oriximiná (PA), Mossoró (RN), Maceió (AL), Alcântara (MA), entre outras, e isso é muito importante. Ficamos felizes com o convite para realizarmos a Reunião Regional em Rio Verde porque estaremos em uma cidade do Cerrado, que tem uma forte presença da agricultura e, por isso, será uma ótima oportunidade para debatermos esse assunto.”

A programação científica discutirá temas como “Geopolítica do Cerrado: natureza, política e economia”, “Plantas de uso popular: verdades e mitos”, “Impacto das novas tecnologias na produção agrícola”, “CT&I brasileira: avanços e desafios”, “Ciência, tecnologia e inovação no Brasil: pre-

sente e futuro”, “Agronegócio, saúde e meio ambiente”. Além das conferências, mesas-redondas e minicursos, a programação conta com exposições e feira de ciências, oficinas, Roda de Empresas e Negócios e apresentações culturais.

*“Esperamos atingir todos os estudantes da região e também os professores do ensino básico. Um dos objetivos é envolver todo o conjunto de instituições ligadas à ciência e educação nesse evento.”*

Assim como ocorre em todos os eventos da SBPC, a Reunião Regional tem como um de seus objetivos principais popularizar e valorizar a produção científica nacional e inseri-la no cotidiano dos cidadãos.



Para mais informações, acesse:  
[rr.sbpcnet.org.br/rioverde](http://rr.sbpcnet.org.br/rioverde)

## Confira o cartaz da 70ª Reunião Anual

O evento será realizado de 22 a 28 de julho, na Ufal, com o tema “Ciência, Responsabilidade Social e Soberania”



A SBPC e a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) divulgaram o cartaz da 70ª Reunião Anual, que será realizada de 22 a 28 de julho, com o tema “Ciência, Responsabilidade Social e Soberania”. A marca da 70ª Reunião Anual foi criada no conceito

de união e diálogo entre as forças: universidade, governo, empresas e sociedade.

A Programação Científica será composta por conferências, mesas-redondas, encontros, sessões especiais, minicursos e a sessão de pôsteres, que inclui a Jornada Nacional de Iniciação Científica. Também são realizadas outras atividades, como a SBPC Inovação, SBPC Afro e Indígena, SBPC Educação, SBPC Cultural, SBPC Jovem, Expo-T&C, e o Dia da Família na Ciência.

Na semana que antecede o evento acontece a SBPC Educação, no campus da Ufal em Arapiraca. Serão realizadas conferências, mesas-redondas e oficinas, voltadas aos educadores do ensino básico e técnico da região.

A inscrição online sem a submissão de trabalho poderá ser feita até 12 de julho.

A taxa de inscrição tem variações de R\$ 80,00 a R\$ 400,00, conforme a categoria do participante, sendo opcional o livro impresso da programação e a bolsa do evento (R\$ 20,00 adicionais) e a matrícula em um minicurso (R\$ 15,00 adicionais).

A participação no evento é livre e gratuita. A inscrição somente é necessária para quem quiser submeter trabalho, frequentar um minicurso ou ainda obter o certificado de participação geral e o material do evento.

### A Reunião Anual

A SBPC foi criada em 1948 e é uma entidade voltada à defesa do avanço científico e tecnológico e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil. Atualmente possui cerca de 140 sociedades científicas associadas, em todas as áreas do conhecimento, e mais de 5 mil sócios ativos.

A cada ano, a Reunião Anual da SBPC é realizada em um estado brasileiro, sempre em universidade pública. O evento reúne milhares de pessoas, entre cientistas, professores e estudantes de todos os níveis, profissionais liberais e visitantes. Além de autoridades e gestores, formuladores de políticas públicas para ciência e tecnologia no País.

As reuniões anuais da SBPC têm, concomitantemente, os objetivos de debater políticas públicas nas áreas de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação e de difundir os avanços da Ciência nas diversas áreas do conhecimento para toda a população.



Para mais informações, acesse:  
<http://ra.sbpcnet.org.br/maceio/>

## O que foi notícia na SBPC

### • “O Dr. Elisaldo Carlini é imprescindível e sua carreira é uma apologia à vida”, afirmam SBPC e ABC

No dia 23 de fevereiro, a SBPC, juntamente com a Academia Brasileira de Ciências (ABC), divulgou um manifesto público repudiando com veemência o fato de o renomado pesquisador Elisaldo Carlini ser alvo de um inquérito policial por organizar um simpósio sobre o uso terapêutico da maconha, em maio de 2017. Aos 88 anos de idade, 62 anos dedicados à pesquisa, e com mais de 12 mil citações de seus trabalhos em artigos científicos de todo o mundo, o professor foi chamado para depor na polícia de São Paulo, no dia 21 de fevereiro, para prestar depoimento sob a alegação de fazer apologia ao uso de drogas. Segundo o manifesto, esta ação é “uma provocação cruel e vazia contra um cientista que dedicou toda sua vida à fronteira do conhecimento”.

O documento ressalta que Carlini é um cientista premiado internacionalmente, por ter desenvolvido, ainda na década de 1970, pes-

quisas pioneiras que caracterizaram a ação anti-convulsivante da maconha. Suas descobertas permitiram a formulação de medicamentos utilizados em diversos países para tratar, eficazmente, doenças como epilepsia e esclerose múltipla. “Acusar o dr. Carlini de apologia às drogas equivale a criminalizar a inteligência e o conhecimento técnico-científico”, afirma o texto do manifesto.

#### 34 mil assinaturas

Após a publicação, o documento recebeu o apoio de 56 sociedades científicas de todo o Brasil, e diversos professores, pesquisadores, personalidades políticas e estudantes enviaram solicitações para também assinar a manifestação. Diante dos pedidos, a SBPC lançou no dia 27 de fevereiro um abaixo-assinado convidando todos os sócios e sociedades científicas associadas, membros da comunidade científica e acadêmica

e toda a sociedade a assinarem a petição online “Somos Todos Carlini”, em defesa do cientista. Conforme divulgou a SBPC, este ato atinge não apenas o grande pesquisador Elisaldo Carlini, mas todos os cientistas brasileiros e ameaça a liberdade de pesquisa e de expressão no País. Em apenas 10 dias, a petição recebeu mais de 34 mil assinaturas.

O abaixo-assinado foi entregue pelo presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, ao ministro da Pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Gilberto Kassab, no dia 07 de março. A entrega foi feita durante 5ª Reunião do Conselho Consultivo do MCTIC. Kassab encaminhou no dia 13 de março os documentos ao ministro da Justiça, Torquato Jardim, e acrescentou que “pessoalmente defende a importância da Ciência para o progresso de nossa sociedade, nos seus mais diferentes campos, assim como o papel da universidade e da pesquisa acadêmica nesse sentido”.

### • SBPC conclama entidades e instituições de ensino e pesquisa a realizarem atividades no Dia Internacional da Luz

MARCELO RODRIGUES

A SBPC convida todas as sociedades científicas, instituições de ensino e pesquisa, escolas, museus de ciência e planetários brasileiros a realizarem atividades de divulgação sobre a luz e seus usos no Dia Internacional da Luz (DIL), a ser comemorado pela primeira vez no próximo dia 16 de maio.

A celebração é uma iniciativa global, coordenada pela Unesco, que fornece um foco comum anual para a contínua valorização da importância da luz e do papel que desempenha na ciência,

cultura e arte, educação e desenvolvimento sustentável, e em áreas tão diversas como medicina, comunicação e energia. A data foi instituída após as comemorações do Ano Internacional da Luz, em 2015.

A SBPC é um nodo do Dia Internacional da Luz no Brasil e está estimulando a realização de atividades sobre a luz neste dia ou em dias próximos. Para o presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, a realização do Ano Internacional da Luz em 2015 teve grande sucesso no

mundo todo e por isto foi tomada a iniciativa de se comemorar o Dia Internacional da Luz a cada ano. “No Ano Internacional da Luz o Brasil se distinguiu por ser o país com maior número de atividades de divulgação registradas no relatório final da Unesco”, destaca. Para ele, será muito importante que sejam realizadas no Brasil muitas atividades educativas e de divulgação científica sobre a luz, organizadas por entidades e instituições científicas e também em universidades, espaços de ciência e escolas básicas.

## Jornal da Ciência

ANO XXXI • Nº 779 • MARÇO/ABRIL 2018

#### Conselho Editorial:

Claudia Masini d'Ávila-Levy, Lisbeth Kaiserlian Cordaní, Luísa Massarani, Graça Caldas e Marilene Correa da Silva Freitas

Coordenadora de Comunicação: Daniela Klebis

Editora: Daniela Klebis

Editora Assistente: Vivian Costa

Redação e reportagem: Daniela Klebis, Vivian Costa, Carlos Henrique Santos e Marcelo Rodrigues (estagiário da SBPC)

Arte e Diagramação: Matheus Vigliar

### Publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Distribuição e divulgação: Carlos Henrique Santos

#### Redação:

Rua da Consolação, 881, 5º andar, Bairro Consolação, CEP 01301-000 São Paulo, SP.

Fone: (11) 3355-2130

E-mail: [jciencia@jornaldaciencia.org.br](mailto:jciencia@jornaldaciencia.org.br)

Apoio: Finep

ISSN 1414-655X

APOIO DO CNPq

Tiragem: 5 mil exemplares

#### ☆ FIQUE SÓCIO

Conheça os benefícios em se tornar sócio da SBPC no site [www.sbpnet.org.br](http://www.sbpnet.org.br) ou entre em contato pelo email: [socios@sbpcnet.org.br](mailto:socios@sbpcnet.org.br)

R\$65

Valores das anuidades 2018  
Graduandos, pós-graduandos,  
professores de ensino básico.

R\$80

Sócios de Sociedades Associadas à SBPC.

R\$130

Professores de ensino superior e  
profissionais diversos.



Sociedade Brasileira  
para o Progresso da Ciência  
R. Maria Antonia, 294 - 4º andar  
CEP: 01222-010 - São Paulo/SP  
Tel.: (11) 3259-2766



# REUNIÃO REGIONAL DA SBPC

15 A 19 DE MAIO DE 2018

IF Goiano Campus Rio Verde - Rio Verde - GO

## Cerrado:

Ciência, Inovação, Crescimento Econômico,  
Desenvolvimento Sustentável e Sociedade.



Acesse: [rr.sbccnet.org.br/rioverde](http://rr.sbccnet.org.br/rioverde)

Realização:



Apoio:



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

